

# Rastreamento de fundos para os parceiros indispensáveis

**RELATÓRIO E ROTEIRO**

Workshop, Paris, 6 e 7 de novembro de 2023

**Charapa**



**Global  
Alliance**  
of Territorial  
Communities

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>	<b>O ROTEIRO DE PARIS PARA RASTREAMENTO DE FUNDOS</b> .....	<b>14</b>
<b>O CONTEXTO ATUAL DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>4</b>	<u>Precisamos criar um ecossistema de dados com base em uma estrutura comum</u> .....	14
<u>Os povos indígenas e as comunidades locais são parceiros essenciais</u> .....	4	Doadores .....	14
<u>O financiamento não é proporcional às funções e necessidades no local</u> .....	4	Parceiros e aliados .....	15
<u>Canalização de fundos para o local</u> .....	5	Povos indígenas e comunidades locais .....	15
<u>Mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e comunidades locais</u> .....	6	<u>Mais diálogo, colaboração e parcerias</u> .....	16
<b>O CONTEXTO DE RASTREAMENTO ATUAL</b> .....	<b>7</b>	<u>Recursos</u> .....	16
<u>O rastreamento é fundamental para orientar nossas estratégias</u> .....	7	<b>ENDNOTES</b> .....	<b>17</b>
<u>O rastreamento precisa de ser aprimorado de várias maneiras, em todos os níveis</u> .....	7		
<u>É importante ter dados específicos sobre o impacto e a abordagem dos povos indígenas e das comunidades locais</u> .....	7		
Relatórios de doadores .....	8		
<u>Agregação de relatórios de doadores</u> .....	8		
<u>Reforço dos sistemas de comunicação de informações dos doadores</u> .....	11		
<u>Rastreabilidade do financiamento por meio de diferentes canais</u> .....	11		
ONU e outras agências e instituições multilaterais .....	12		
ONGs internacionais .....	12		
<u>Dados sobre o financiamento que chega aos povos indígenas e às comunidades locais</u> .....	13		
<u>Riscos e confiança</u> .....	13		



Photo: Renzo Fuentes

## INTRODUÇÃO

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2023, Shandia e Charapa convocaram um workshop com várias partes interessadas em Paris.<sup>1</sup>

O workshop teve como objetivo explorar maneiras de reforçar e institucionalizar o rastreamento de financiamento para povos indígenas e comunidades locais. Os participantes discutiram, nomeadamente:

- Experiências de rastreamento e monitoramento de financiamento para povos indígenas e comunidades locais,
- Formas de reforçar o monitoramento dos fluxos de financiamento para os povos indígenas e comunidades locais, com o objetivo de melhorar a transparência, a coordenação, o diálogo e as estratégias.

---

1) O workshop foi organizado com o apoio da Indigenous Peoples Rights International, International Funders of Indigenous Peoples, Rainforest Foundation Norway, Rainforest Foundation US, Rights and Resources Initiative, Tinta, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, com apoio financeiro da Fundação Ford, da Fundação David e Lucile Packard, e do Christensen Fund.

Mais de 65 representantes de organizações, redes, plataformas e mecanismos de financiamento de povos indígenas, comunidades locais, doadores bilaterais, financiadores filantrópicos, agências multilaterais e da ONU, organizações da sociedade civil e investigadores participaram no workshop, que teve tradução simultânea em quatro idiomas e facilitou a participação on-line nas sessões plenárias.

O grupo diverso de participantes refletiu as complexidades dos desafios em questão e proporcionou uma enriquecedora partilha de experiências, para a qual todos contribuíram e em que todos aprenderam. As discussões afirmaram que as soluções só podem ser encontradas através do diálogo e da colaboração. Isso também se reflete no principal resultado do workshop, o *Roteiro de Paris para o Rastreamento de Fundos*, que captura as principais recomendações apresentadas. A implementação do Roteiro exigirá coordenação, cocriação e esforços complementares, nos quais os doadores, as agências multilaterais, a sociedade civil, os povos indígenas e as comunidades locais têm um papel a desempenhar.

Como organizadores, agradecemos a todos os participantes do workshop por suas contribuições para ajudar a resolver uma lacuna sistêmica há muito esperada e esperamos seguir o roteiro com todos vocês.

## O CONTEXTO ATUAL DE FINANCIAMENTO

### Os povos indígenas e as comunidades locais são parceiros essenciais

A insuficiência de dados e estatísticas sobre os povos indígenas e as comunidades locais continua sendo o principal obstáculo para compreender e lidar com sua situação. Em algumas regiões, faltam até mesmo dados demográficos básicos. Quando disponíveis, os dados ou estimativas destacam a discriminação generalizada que os Povos Indígenas e as comunidades locais enfrentam, mas também seu papel fundamental no combate às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade, e na conquista de um desenvolvimento sustentável que não deixe ninguém para trás.

A nível global, os povos indígenas representam aproximadamente 6,2% da população mundial, mas 18,7% dos extremamente pobres.<sup>1</sup> Estima-se que 36% das florestas intactas remanescentes do mundo, pelo menos 24% do carbono acima do solo nas florestas tropicais<sup>2</sup> e até 80% da biodiversidade florestal remanescente do mundo<sup>3</sup> encontram-se nos territórios dos povos indígenas.

A capacidade dos povos indígenas e das comunidades locais de proteger e gerenciar de forma sustentável as terras, os territórios e os recursos naturais, com base nos conhecimentos tradicionais e nas práticas de subsistência, é fundamental para criar soluções para as crises interligadas que o mundo está enfrentando.

Assim sendo, os povos indígenas e as comunidades locais são parceiros indispensáveis para atingir as metas do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, a Estrutura Global de Biodiversidade e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Essa função deve estar devidamente refletida nas abordagens e na linguagem que usamos. Já não é aceitável adotar uma abordagem de salvaguarda mínima para “não causar danos” ou falar sobre os povos indígenas e as comunidades locais como beneficiários ou grupos vulneráveis e marginalizados. Nossas relações devem ser consideradas como parcerias, com base no reconhecimento

de nossos direitos e contribuições em todas as regiões do mundo e em todos os ecossistemas.

### O financiamento não é proporcional às funções e necessidades no local

Embora não haja dados precisos disponíveis, as estimativas mostram que apenas uma pequena fração do financiamento internacional para biodiversidade, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável é alocada para os povos indígenas e/ou comunidades locais.

A Rainforest Foundation Norway estima que o financiamento para os direitos de posse e gestão florestal de povos indígenas e comunidades locais correspondeu a menos de 1% da ajuda internacional para o desenvolvimento climático de 2011 a 2020.<sup>4</sup>

A International Funders for Indigenous Peoples estima que apenas 0,6% do financiamento comunicado ao banco de dados da CANDID (principalmente financiadores filantrópicos) foi identificado como “beneficiando os povos indígenas”. Desse valor limitado, 88,7% foram para os povos indígenas da América do Norte.

Exigências complexas e burocráticas dos doadores, formatos competitivos de adjudicação, financiamento de curto prazo e de pequena escala, barreiras linguísticas, regulamentações governamentais restritivas, discriminação e baixa capacidade institucional continuam sendo grandes obstáculos para o acesso ao financiamento.

Outra barreira persistente é o fraco alinhamento com as prioridades para o desenvolvimento autodeterminado no local. Embora o apoio seja necessário para todos os povos indígenas e comunidades locais que estão na vanguarda da luta contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, geralmente o financiamento é destinado a regiões ou ecossistemas específicos e algumas áreas permanecem invisíveis para os doadores. Além disso, geralmente as comunidades têm uma visão holística de seu desenvolvimento, enquanto o financiamento é normalmente destinado a um tópico ou conjunto de atividades específico. Além disso, elas também precisam de flexibilidade e

apoio emergencial para combater a mineração, a criminalização, os ataques aos defensores dos direitos da terra, a apropriação de terras e outros eventos fora do seu controle.

É evidente a necessidade de apoio básico de longo prazo que fortaleça a governança e as capacidades institucionais. Quando as comunidades definem as necessidades de criação de capacidade e assistência técnica, e as capacidades locais são consolidadas, isso reduz drasticamente os custos de transação. Por fim, o financiamento deve permitir que os povos indígenas e as comunidades locais defendam seus direitos em todos os níveis, inclusive buscando a reforma legal e política necessária.

### **Canalização de fundos para o local**

Reconhecendo as funções, necessidades e barreiras específicas que os povos indígenas e/ou comunidades locais enfrentam, algumas instituições desenvolveram iniciativas de financiamento direcionadas. Essas iniciativas incluem:

1. O Programa de Pequenas Doações (SGP) do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Desde 1992, o SGP implementado pelo PNUD tem sido a principal modalidade de envolvimento dos Povos Indígenas com o GEF, com mais de mil projetos apoiados. O SGP compila dados desagregados sobre a porcentagem de projetos que apoiam os Povos Indígenas (acima de 40% em países relevantes), bem como a porcentagem de projetos por região liderados pelos Povos Indígenas em comparação com aqueles que beneficiam os Povos Indígenas.
2. O Indigenous Peoples Assistance Facility (IPAF) do International Fund for Agricultural Development (IFAD), criado em 2007 para fortalecer as comunidades e organizações dos povos indígenas. O IPAF financia pequenos projetos que promovem o desenvolvimento autônomo, portanto, todos os projetos são implementados por organizações de povos indígenas.<sup>5</sup> O envolvimento do FIDA com os Povos Indígenas é orientado por uma Política específica e pelo Fórum bianual dos Povos Indígenas do FIDA, que é uma plataforma para o diálogo contínuo com a gerência sênior para avaliar o envolvimento do FIDA com os Povos Indígenas e promover sua participação nas atividades apoiadas pelo FIDA em todos os níveis.

Essas iniciativas são relativamente de pequena escala, e há uma sensação de que os povos indígenas e as comunidades locais são solicitados a “fazer grandes coisas com pouco dinheiro”. Positivamente, na COP 26, o Forest Tenure Funders Group assumiu o compromisso de fornecer US\$ 1,7 bilhões para fortalecer os direitos de posse da floresta e a tutela dos povos indígenas e das comunidades locais ao longo de cinco anos.<sup>6</sup> De forma semelhante, o recém-criado Global Biodiversity Framework Fund (GBFF) dedicará 20% de seus recursos a apoiar iniciativas lideradas por indígenas para proteger e conservar a biodiversidade. Isso poderá gerar um financiamento adicional de US\$ 4 bilhões.<sup>7</sup>

Embora isso seja positivo, a situação do financiamento no local não mudou significativamente, deixando a impressão de que a maior parte do financiamento não está chegando às instituições em nível local.

**O Forest Tenure Funders Group tem o compromisso de aumentar o financiamento direto. No entanto, os dados compilados pela Shandia em 2023 mostram que apenas 0,19% dos fundos de um dos doadores bilaterais e 7% de um dos financiadores filantrópicos do compromisso foram transferidos diretamente para organizações de Povos Indígenas ou comunidades locais.<sup>8</sup>**

**Os dados coletados pela Charapa em 2022 identificaram apenas 6 organizações, redes e mecanismos de financiamento dos Povos Indígenas com um orçamento acima de US\$ 1 milhão nas florestas tropicais da África, Ásia e América Latina.<sup>9</sup> Isso mostra que a situação de financiamento no local não mudou significativamente.**

Dada a diversidade de situações, não existe um modelo simples ou único para fornecer apoio eficiente aos povos indígenas e/ou às comunidades locais. O requisito geral é que os mecanismos de financiamento sejam adaptados às diferentes realidades no local e que os povos indígenas e/ou as comunidades locais participem no diálogo e na tomada de decisões sobre o mecanismo de financiamento mais relevante e eficiente para eles.

## Mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e comunidades locais

Em resposta à situação atual de financiamento, os povos indígenas e/ou as comunidades locais começaram a desenvolver seus próprios mecanismos de financiamento direto. Esses mecanismos incluem:

- O AYNÍ Indigenous Women's Fund, criado pelo International Indigenous Women's Forum, que apoia organizações de mulheres indígenas no fortalecimento de suas capacidades e na implementação de projetos de desenvolvimento econômico, ambiental e social.<sup>10</sup>
- O Fondo Territorial Mesoamericano (FTM), que é um mecanismo inovador de financiamento por, e para, povos indígenas e comunidades locais, criado pela Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB).<sup>11</sup>
- O Fundo de Solidariedade para os Povos Indígenas da Ásia (IPAS), que é um mecanismo regional criado através de um processo regional representativo. O IPAS fornece financiamento direto para os povos indígenas em 14 países da Ásia.
- O Fundo Nusantara, criado pela Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN) em colaboração com duas outras organizações de massas, é um mecanismo singular para fornecer financiamento direto aos povos indígenas e às comunidades locais em toda a Indonésia.<sup>12</sup>

Esses mecanismos têm um forte foco no fortalecimento das capacidades locais através de pré-investimentos, não apenas para apoiar atividades, mas também para desenvolver capacidade técnica, formular prioridades, formular indicadores de impacto e medir o impacto. Muitos desses mecanismos foram criados recentemente e ainda estão em processo de consolidação de sua capacidade institucional e ampliação de seu alcance. Atualmente, o financiamento dos doadores para esses mecanismos continua pequeno, mas a capacidade cada vez maior desses mecanismos de financiamento oferece uma oportunidade óbvia para aumentar o financiamento direto aos povos indígenas e/ou às comunidades locais.

Além disso, esses mecanismos têm mecanismos de governança inclusiva com foco em mulheres, pessoas com deficiência e jovens, e são caracterizados por um forte sentido de pertença. Seu projeto é baseado em consultas extensas para criar o alinhamento com as prioridades e planos das próprias comunidades e para responder rapidamente às emergências e às mudanças de situação no local. Como esses mecanismos de financiamento têm percepções sem paralelo sobre a situação no local, eles têm um grande potencial para coletar dados sobre a situação do financiamento, as prioridades e as lacunas no local.

A plataforma Shandia foi criada pela Aliança Global de Comunidades Territoriais para promover e facilitar o financiamento direto, previsível, eficaz e sustentável para os povos indígenas e comunidades locais.<sup>13</sup> A Shandia não é um mecanismo de transferência de fundos, mas cumpre uma série de funções estratégicas, incluindo:

- Facilitar o diálogo estratégico e contínuo com os doadores.
- Troca de experiências e boas práticas para transparência e responsabilidade.
- Monitorar o estado e as tendências do financiamento.

Daqui para frente, o Fórum Shandia anual reunirá mecanismos de financiamento regionais e nacionais liderados por povos indígenas e comunidades locais, doadores importantes, aliados estratégicos e pessoas capacitadas para identificar barreiras, boas práticas e lições aprendidas, para aumentar o financiamento direto; chegar a um acordo sobre procedimentos e formatos simplificados para garantir a responsabilidade; identificar lacunas, prioridades e oportunidades de financiamento; trocar experiências com monitoramento e criar um espaço para capacitação e aprendizado mútuos.

## O CONTEXTO DE RASTREAMENTO ATUAL

### O rastreamento é fundamental para orientar nossas estratégias

Atualmente, temos dificuldades para responder a perguntas básicas sobre quais montantes de recursos estão sendo destinados a quem, para qual finalidade e com qual impacto. Embora os dados sobre financiamento não sejam um fim em si mesmos, eles são essenciais para orientar nossos esforços de combate às mudanças climáticas, conservação e gerenciamento sustentável da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Mais especificamente, melhores dados nos permitirão:

- Promover mudanças nas políticas e aumentar o financiamento para povos indígenas e comunidades locais.
- Tornar o financiamento mais eficiente, inclusive avaliando a melhor modalidade de financiamento em um determinado contexto.
- Promover a colaboração e a complementaridade entre doadores bilaterais e filantrópicos, inclusive em nível nacional.
- Responsabilizar os doadores por seus compromissos, inclusive por promessas e metas específicas (como a meta de alocar 20% do Fundo Quadro Global de Biodiversidade).
- Evitar o financiamento duplo e a contagem dupla, por exemplo, em várias promessas.
- Relatório sobre o impacto, inclusive o impacto político, que ajudará a angariar fundos adicionais.
- Avaliar o sucesso na mobilização de mais recursos e apontar novos doadores para as lacunas de financiamento.
- Combinar os fundos com as necessidades, para eliminar padrões de desigualdade sistêmica.

- Garantir a inclusão de mulheres, jovens e pessoas com deficiência.
- Capacitar os povos indígenas e as comunidades locais através de dados gerados, compreendidos e validados por suas autoridades.
- Combater informações governamentais enganosas, que em alguns contextos contribuem para a exclusão dos povos indígenas.

### O rastreamento precisa de ser aprimorado de várias maneiras, em todos os níveis

Os desafios para aprimorar o rastreamento e gerar dados melhores são múltiplos e se encontram em vários níveis. Alguns são de caráter mais conceitual e afetam todos os atores, enquanto outros desafios são mais específicos de determinados grupos, como doadores, agências da ONU, ONGs ou organizações de povos indígenas e comunidades locais. As seguintes subseções descrevem os principais desafios identificados.

### É importante ter dados específicos sobre o impacto e a abordagem dos povos indígenas e das comunidades locais

Há uma tendência cada vez maior de se confundir diferentes detentores de direitos e parceiros usando categorias e abreviações combinadas, como IPLC (Povos Indígenas e Comunidades Locais) e BIPOC (Negros, Indígenas, Pessoas de Cor). Isso impede a obtenção e a geração de dados mais específicos e limita uma análise mais profunda do impacto e do âmbito do investimento por meio de dados desagregados. Para gerar dados úteis e apontar para as soluções certas, as categorias usadas precisam de ser específicas e alinhadas com critérios e termos acordados internacionalmente.

Os povos indígenas constituem um grupo específico de detentores de direitos coletivos, reconhecidos pela legislação internacional de direitos humanos. Os direitos dos povos indígenas estão consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e a Convenção nº 169 da OIT dispõe critérios específicos para a identificação desses povos.

As comunidades locais são abrangidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica e por outros instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente e ao clima. A CDB aborda as comunidades locais que *“incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica (artigo 8(j))*. Em um contexto de biodiversidade e mudança climática, portanto, é importante entender a situação e o papel dos povos indígenas e das comunidades locais, mas sem confundir essas duas categorias distintas. Também é importante entender e respeitar o fato de que, em muitas regiões, os povos indígenas e as comunidades locais estabeleceram parcerias ou organizações conjuntas. Portanto, em um contexto de coleta de dados, é importante poder agregar e desagregar dados para refletir as realidades, o âmbito, os impactos e as parcerias no local.

### Relatórios de doadores

Os doadores estão empenhados com a transparência e informam regularmente sobre suas alocações, mas não têm padrões acordados internacionalmente para rastrear o financiamento alocado especificamente aos povos indígenas ou comunidades locais. Isso, obviamente, é um grande obstáculo para compreender a contribuição de doadores individuais e para agregar dados de vários doadores.

O Grupo de Financiadores de Posse Florestal fez um esforço valioso para agregar dados e relatar suas contribuições coletivas para o Compromisso de Posse Florestal. No entanto, para muitos dos doadores, os relatórios sobre seus financiamentos diretos aos Povos Indígenas e às comunidades locais baseiam-se em estimativas, metodologias ad hoc e pesquisas individuais, que são complexas e demoradas, além de acarretarem o risco de interpretações ou cálculos incorretos ao agregar diversos dados.

### Agregação de relatórios de doadores

Muitos doadores prestam contas a instituições como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Iniciativa Internacional de Transparência da Ajuda (IATI) ou a CANDID, que, de diferentes maneiras, têm mandatos para agregar e publicar dados sobre o financiamento do desenvolvimento.

### A Organização para Cooperação e Desenvolvimento

**Econômico (OCDE)**, por meio de seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (OCDE-DAC), acompanha e mede a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e outros fluxos de financiamento. A apresentação de relatórios à OCDE é obrigatória para os doadores bilaterais, como forma de acompanhar seu compromisso de fornecer 0,7% da Renda Nacional Bruta (RNB) como ODA. Muitas agências multilaterais e grandes fundações filantrópicas que trabalham com desenvolvimento também têm de comunicar informações à OCDE.

Os doadores comunicam informações à OCDE com base em padrões comuns de medição que especificam quem gasta o quê, onde, como e com que finalidade. Os padrões da OCDE também incluem “marcadores de política” que rastreiam objetivos de política específicos relacionados à igualdade de gênero, pessoas com deficiência, mudanças climáticas e biodiversidade, entre outros. O sistema não inclui um marcador de política específico para os povos indígenas.

Em 2023, o Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas fez uma recomendação específica à OCDE-DAC para incluir um marcador de política em seu sistema estatístico, a fim de facilitar o rastreamento do financiamento alocado para os povos indígenas em todos os setores.<sup>14</sup>

A **International Aid Transparency Initiative (IATI)** é uma iniciativa global para melhorar a transparência dos recursos humanitários e de desenvolvimento. Mais de 1.500 organizações, incluindo governos doadores, instituições financeiras de desenvolvimento, agências da ONU, ONGs, fundações e organizações do setor privado, publicam informações sobre seus gastos e atividades por meio da IATI. A IATI inclui dados sobre o histórico de gastos, planos orçamentários futuros, localização, setores, resultados e acesso a documentos de projetos estratégicos. Atualmente, os dados da IATI estão disponíveis em mais de 1 milhão de projetos humanitários e de desenvolvimento. O padrão IATI não inclui um marcador para povos indígenas, mas uma busca por palavras pode fornecer informações úteis sobre projetos que mencionam esse termo na descrição narrativa. No entanto, os resultados da pesquisa exigem mais limpeza e análise.

**A Candid**<sup>15</sup> é uma organização sem fins lucrativos que fornece dados e informações abrangentes sobre financiamento filantrópico, especialmente de fundações sediadas nos EUA. Seu Diretório de Fundações contém informações sobre mais de 242.000 doadores e fornece informações sobre financiamento por valor, tema e distribuição geográfica.

Todas essas instituições têm bancos de dados pesquisáveis, mas seus sistemas estatísticos não estão configurados para rastrear especificamente o financiamento para povos indígenas ou comunidades locais. Portanto, não há metodologias, definições, termos ou classificações comuns para garantir a comparabilidade dos dados. Além disso, o financiamento para Povos Indígenas e/ou comunidades locais geralmente constitui um componente menor de programas maiores e, portanto, há a necessidade de dividir os números do orçamento para evitar sobrestimar o nível de financiamento.

Outro desafio é que o banco de dados da OCDE só fornece informações sobre o primeiro nível de beneficiários. Como a maior parte do financiamento é canalizada por meio de outros tipos de organizações, os dados não indicam a quantidade de financiamento que acaba sendo transferida para as organizações e os territórios dos povos indígenas ou das comunidades locais, respectivamente. A única maneira de estimar essa transferência é estabelecer indicadores substitutos e procurar nomes de organizações conhecidas de povos indígenas ou comunidades locais entre as organizações implementadoras. Isso, no entanto, está associado a um alto grau de imprecisão.

O sistema IATI permite que os usuários “sigam o dinheiro”, ao:

- Especificar a identidade das organizações envolvidas em atividades específicas e as funções dessas organizações (por exemplo, financiamento ou implementação). Isso permite que os usuários de dados forneçam análises contextuais adicionais (por exemplo, identificando organizações lideradas por indígenas).
- Detalhar transações financeiras relacionadas a essas atividades, incluindo as organizações fornecedoras e beneficiárias, e o tipo de transação (por exemplo, uma promessa, um desembolso ou uma despesa).
- Especificar a relação entre os relatórios separados (por exemplo, uma atividade principal ou secundária) para que os fluxos complexos de fundos possam ser compreendidos.

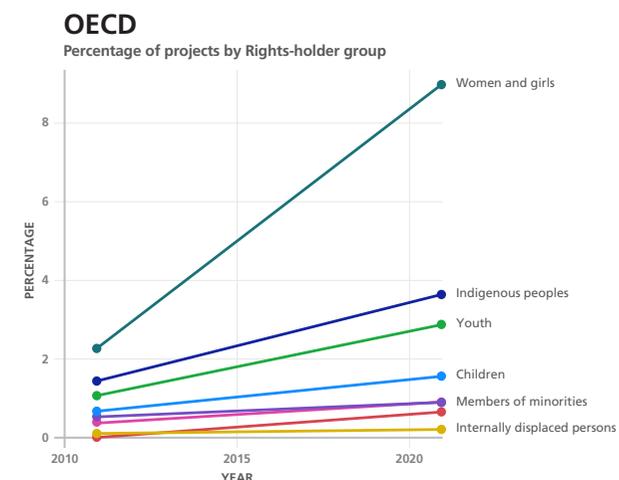
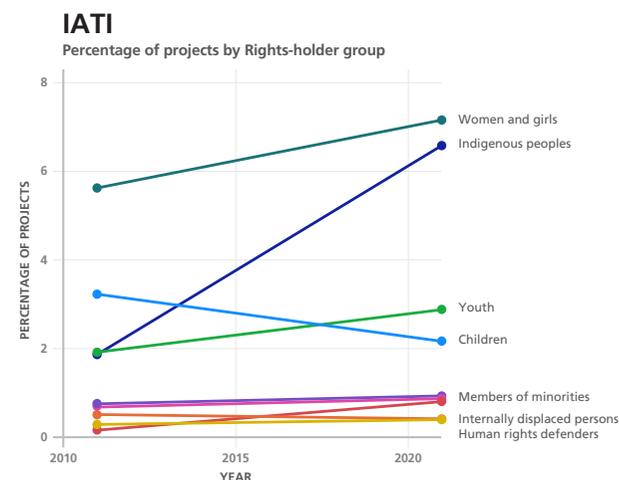
Existem barreiras práticas para seguir essa abordagem, mas ela poderia ser explorada mais a médio e longo prazo.

Com base nas descrições narrativas dos projetos nos bancos de dados, a Inteligência Artificial (IA) pode ajudar a identificar projetos que, de alguma forma, envolvam Povos Indígenas, seja na forma de uma categoria genérica ou identificados por meio dos nomes de povos individuais. No entanto, para esse último caso, seria necessário compilar uma lista de nomes específicos de povos indígenas. A identificação de financiamento para comunidades locais com o uso de IA representa um desafio maior, pois o termo é usado de diferentes maneiras por diferentes doadores, sem referência a critérios de identificação acordados internacionalmente.

A sociedade civil e as organizações de investigação<sup>2</sup> publicaram relatórios valiosos com base nos dados da OCDE, IATI e CANDID, que fornecem aproximações sobre o financiamento para povos indígenas e/ou comunidades locais em setores e contextos específicos. Essa análise de dados exigiu a identificação e limpeza de milhões de dados, a busca de palavras-chave, a criação de indicadores substitutos, bem como a revisão e verificação manuais. Essas soluções alternativas são complicadas, dispendiosas e demoradas, e difíceis de manter em longo prazo. Ainda assim, elas inevitavelmente têm uma margem de incerteza. Para minimizar os riscos de erros, todos os dados ainda precisam de verificação adicional por parte dos doadores, dos povos indígenas ou das comunidades locais.

O exposto acima aponta para a necessidade de uma solução simplificada e sistêmica que garanta padrões comuns para os relatórios dos doadores e a agregação de dados dentro dessas instituições estabelecidas para o monitoramento do financiamento do desenvolvimento.

2) Veja, por exemplo: Campaign for Nature, International Funders for Indigenous Peoples, Indufor, Overseas Development Institute, Rainforest Foundation Norway e Rights and Resources Initiative



*Tendências no número de projetos nos bancos de dados da IATI e da OCDE, abordando diferentes grupos de detentores de direitos. Análise gerada pelo Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos, fazendo uso de um algoritmo de classificação de texto.<sup>21</sup>*

## Reforço dos sistemas de comunicação de informações dos doadores

Os doadores bilaterais, os financiadores filantrópicos e as instituições como a OCDE, a IATI e a CANDID podem desempenhar um papel fundamental no reforço da rastreabilidade do financiamento para os povos indígenas e as comunidades locais. Isso implicaria o desenvolvimento de uma estrutura comum, para:

- Os doadores se referirem a termos e classificações comuns ao comunicar informações sobre seu apoio aos povos indígenas ou às comunidades locais, por meio de descrições narrativas de projetos, marcação de linhas orçamentárias para apoio indireto ou direto e marcação de projetos em relação a marcadores de políticas em sistemas para relatórios agregados (OCDE, IATI e CANDID, entre outros).
- A OCDE e a OATI incorporarem um marcador de política específico para os povos indígenas em seus sistemas estatísticos, para facilitar a identificação de projetos relevantes para os povos indígenas e para facilitar a agregação de dados entre vários doadores.

Para que isso seja implementável, seria necessária a harmonização e o compromisso de alguns dos grandes doadores/fornecedores de dados, como doadores bilaterais influentes e financiadores filantrópicos. Um argumento importante a esse respeito é que, em vez de impor uma carga adicional de relatórios aos doadores, essa abordagem facilitaria a exigência atual de comunicação de informações sem relação a promessas e metas específicas, além de gerar os dados necessários para aumentar a eficiência de seu apoio. No longo prazo, isso proporcionaria uma fonte institucionalizada e sustentável de dados confiáveis e comparáveis que permitiria o monitoramento contínuo ao longo do tempo, em todas as regiões e setores.

## Rastreabilidade do financiamento por meio de diferentes canais

Os vários tipos de organizações para as quais os doadores canalizam seus fundos em apoio aos Povos Indígenas e às comunidades locais são comumente conhecidos como “intermediários”. Um intermediário é qualquer organização que não seja criada ou liderada por Povos Indígenas e/ou comunidades locais, que recebe fundos com o objetivo de fornecer apoio a Povos Indígenas e/ou comunidades locais, inclusive por meio de transferência de fundos. Consequentemente, os intermediários abrangeriam bancos multilaterais e regionais, agências da ONU, governos nacionais, ONGs internacionais, mecanismos de concessão de subsídios, bem como ONGs pequenas e locais e organizações de apoio. Dessa forma, o termo “intermediários” é tão amplo e abrange tantos atores diferentes que não faz sentido falar sobre eles em geral.

Em vez disso, precisamos diferenciar as diferentes categorias de instituições e explorar formas de gerar dados sobre as categorias específicas, o que permitiria uma análise mais profunda de suas respectivas limitações, contribuições, vantagens comparativas, custos e impactos. Dada a diversidade de “intermediários”, a superação do desafio da coleta de dados exigirá soluções específicas para categorias específicas de organizações.

**Como os doadores comunicam informações sobre o primeiro nível de beneficiários dos fundos, na verdade é possível compilar estimativas sobre suas alocações para diferentes tipos de organizações. Por exemplo, o FTFG comunicou que 51% dos desembolsos no primeiro ano do Forest Tenure Pledge foram alocados para ONGs internacionais, 17% para governos nacionais, 10% para agências multilaterais e percentagens menores para mecanismos e fundos de concessão internacionais ou regionais, povos indígenas e comunidades locais, ONGs nacionais e outros.<sup>16</sup>**

## ONU e outras agências e instituições multilaterais

Em geral, as agências multilaterais e as instituições financeiras podem acompanhar o financiamento explicitamente alocado para os povos indígenas por meio de mecanismos de subsídios dedicados, mas não podem acompanhar o financiamento em seu portfólio mais amplo de empréstimos e projetos.

O sistema da ONU tem a tarefa de alcançar os objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, conforme especificado nos artigos 41 e 42 da Declaração. Em 2014, a Assembleia Geral da ONU solicitou o desenvolvimento de um Plano de Ação para todo o Sistema (SWAP) para promover uma abordagem coerente de ação em todo o sistema da ONU. O Grupo de Apoio Interagencial sobre Questões Indígenas, com 45 membros em todo o sistema da ONU, está coordenando a implementação do SWAP. O Grupo está atualmente no processo de projetar uma estrutura de indicadores para avaliar e compilar dados agregados sobre a ação do sistema da ONU em relação aos povos indígenas em todo o mundo, inclusive por meio das Estruturas de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU em nível nacional. Com a escolha de indicadores certos, a estrutura poderia ser um ponto de entrada para a coleta de dados sistemáticos sobre a ação do sistema da ONU com relação aos Povos Indígenas.

Diversas agências multilaterais de desenvolvimento e financiamento, como o Banco Mundial e os bancos regionais, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo Verde para o Clima e o FIDA, desenvolveram salvaguardas institucionais para evitar a violação dos direitos dos Povos Indígenas, inclusive por meio da exigência de consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas. A ativação dessas salvaguardas oferece uma oportunidade de estimar o número de projetos que afetam positiva ou negativamente os povos indígenas, mas não fornece informações sobre os fundos alocados ou transferidos para os povos indígenas. Isso exigiria uma análise manual muito mais detalhada.

Outro ponto de entrada é que tanto as agências multilaterais quanto as grandes iniciativas da sociedade civil geralmente estabelecem órgãos consultivos que incluem representantes autoselecionados de povos indígenas e/ou comunidades locais. Esses órgãos desempenham um importante papel

de monitoramento, mas até agora não comunicaram informações sobre o financiamento de uma forma que possa ser quantificada, comparada ou agregada.

## ONGs internacionais

Uma grande parte do financiamento para Povos Indígenas e/ou comunidades locais é alocada para ONGs internacionais. Embora algumas dessas ONGs possam comunicar informações sobre os fundos transferidos por meio de mecanismos específicos, elas geralmente não têm dados disponíveis sobre o financiamento em seus portfólios mais amplos ou sobre o financiamento transferido para organizações e territórios de Povos Indígenas e/ou comunidades locais. Também não existe uma taxonomia comum ou padrões de comunicação de informações para facilitar a geração de dados comparáveis entre essas ONGs.

Uma forma de abordar a lacuna de informações sobre o financiamento para, e por meio de, ONGs internacionais é partir de uma lista de ONGs internacionais com um histórico de envolvimento com os povos indígenas e/ou comunidades locais e solicitar que elas forneçam dados de acordo com um padrão comum acordado.<sup>17</sup>

A Path to Scale é uma rede informal de doadores, mecanismos financeiros e seus intermediários, com o objetivo de mobilizar, pelo menos, US\$ 10 bilhões nos próximos dez anos para garantir os direitos à terra e aos recursos, a conservação e os meios de subsistência dos povos indígenas, das comunidades locais e dos povos afrodescendentes. A rede é coordenada pela Rights and Resources Initiative e se reúne regularmente, além de servir como um mecanismo de compartilhamento de informações, ideias e experiências. Devido à sua função de convocação e composição, o Path to Scale poderia desempenhar um papel na promoção de melhores dados e relatórios por parte das ONGs internacionais.<sup>18</sup>

## Dados sobre o financiamento que chega aos povos indígenas e às comunidades locais

Uma das maiores e mais importantes lacunas de dados diz respeito ao financiamento que chega aos Povos Indígenas e às comunidades locais. O FTFG comunica informações sobre a porcentagem de desembolsos fornecidos como financiamento direto<sup>19</sup> e algumas estimativas podem ser feitas sobre a porcentagem de financiamento de doadores individuais alocados diretamente para organizações de Povos Indígenas e comunidades locais. Entretanto, esses números não abrangem a comunidade de doadores de forma abrangente e não capturam os fundos transferidos por outros canais, por exemplo, por meio de governos, agências multilaterais ou ONGs. Essa é uma lacuna que só pode ser preenchida de baixo para cima.

As pessoas no local conhecem muito bem sua própria situação, mas esse conhecimento não aparece como pontos de dados que possam ser facilmente comparados e comunicados internacionalmente. Pelo contrário, as estruturas de relatórios e os indicadores são geralmente impostos de cima para baixo e não geram necessariamente dados que sejam acessíveis, relevantes e compreensíveis localmente.

Para evitar a extração de dados e garantir a participação e a legitimidade dos esforços de monitoramento, eles devem ser liderados pelos próprios Povos Indígenas e/ou comunidades locais. Além disso, o foco não deve ser apenas no financiamento, mas também no impacto, juntamente com as informações contextuais mais amplas necessárias para informar as estratégias dos povos indígenas e das comunidades locais. Isso incluiria informações sobre investimentos em terras comunitárias, swaps de dívida por natureza, leis e políticas discriminatórias, criminalização, defensores dos direitos humanos etc.

Já existem experiências fortes e relevantes com o monitoramento baseado na comunidade de direitos e desenvolvimento, como o Indigenous Navigator<sup>20</sup>, que pode inspirar ações adicionais ou até mesmo ser expandido para incluir módulos relevantes sobre financiamento. Da mesma forma, os mecanismos de financiamento criados pelos povos indígenas e pelas comunidades locais terão um papel importante a desempenhar.

Recentemente, a Shandia também iniciou atividades piloto para compilar e publicar dados ilustrativos sobre o financiamento que chega às organizações e territórios da Aliança Global de Comunidades Territoriais. Essas experiências podem ser a base para relatórios padronizados, para começar a produzir dados comparáveis que permitam o monitoramento ao longo do tempo e entre regiões.

Ampliar o monitoramento no local é fundamental para eliminar a atual lacuna de dados, mas também pode contribuir para o empoderamento se for feito da maneira correta, liderado pelos próprios povos indígenas e comunidades locais. Isso, no entanto, exigirá um grande foco na capacitação, no desenvolvimento de metodologias e ferramentas e na institucionalização dos esforços, bem como no investimento e no apoio dos doadores.

### Riscos e confiança

No contexto do encolhimento do espaço para a sociedade civil, das restrições governamentais ao financiamento e dos ataques aos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, a publicação de dados sobre financiamento implica riscos reais para organizações e líderes de povos indígenas e comunidades locais. Há exemplos de ativistas que foram alvo de ação das forças de segurança por tentarem mobilizar recursos para suas comunidades, e de organizações que tiveram seus fundos congelados.

Para muitas organizações, será necessário um alto grau de confiança para compartilhar dados com outras. Esse é outro motivo pelo qual a compilação de dados no local deve ser feita pelas próprias organizações de povos indígenas e comunidades locais. Além disso, devem ser tomadas todas as precauções possíveis para aumentar a segurança dos dados. Por fim, os dados sobre financiamento devem ser publicados em um nível agregado, para ajudar a identificar o status e as tendências sem colocar em risco as organizações individuais.

## O ROTEIRO DE PARIS PARA RASTREAMENTO DE FUNDOS

O workshop sobre o *rastreamento de fundos para os parceiros indispensáveis* reuniu 65 representantes de povos indígenas, comunidades locais, doadores bilaterais e financiadores filantrópicos, agências multilaterais e da ONU, organizações da sociedade civil e investigadores. Os participantes discutiram os problemas interligados de:

- Muito pouco financiamento sendo alocado para apoiar o papel crucial dos povos indígenas e das comunidades locais com relação às mudanças climáticas, à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável;
- Poucas informações disponíveis para contribuir para a tomada de decisões e estratégias eficientes sobre alocações, modalidades de transferência e fundos que chegam aos povos indígenas e às comunidades locais.

Os participantes identificaram conjuntamente os seguintes componentes principais de um roteiro para superar essas lacunas sistêmicas:

### **Precisamos criar um ecossistema de dados com base em uma estrutura comum**

Os dados de que precisamos virão de diferentes fontes, incluindo doadores bilaterais, financiadores filantrópicos, agências multilaterais, ONGs e organizações de povos indígenas e comunidades locais. Entretanto, para garantir a validade, a agregação e a comparabilidade, os dados devem ser gerados com referência a uma estrutura comum. Essa estrutura deve incluir classificações, termos e padrões comuns, a serem acordados e aplicados entre os diversos atores do ecossistema de dados.

A classificação e a descrição referentes aos povos indígenas e às comunidades locais, respectivamente, devem ser específicas a esses grupos distintos e desenvolvidas por suas instituições representativas, com respeito ao direito fundamental de autoidentificação. No caso dos povos indígenas, ela deve se basear e estar alinhada com os instrumentos internacionais relevantes, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção nº 169 da OIT.

Deve ser desenvolvido um conjunto de materiais de orientação e ferramentas de treinamento, que deve ser compartilhado em vários idiomas para garantir o amplo uso e a aplicabilidade da estrutura comum.

### **Doadores**

Para abordar de forma significativa o subfinanciamento dos povos indígenas e das comunidades locais, os doadores precisam aumentar o financiamento, ajudar a mobilizar outros doadores e fornecer financiamento da forma mais eficiente e impactante possível.

Isso implica aumentar o financiamento direto aos Povos Indígenas e às comunidades locais, inclusive por meio dos mecanismos de financiamento que eles criaram, que têm um efeito imediato no local. Também requer a garantia da participação total dos Povos Indígenas e das comunidades locais nas decisões sobre o canal mais eficiente de financiamento para suas organizações, territórios e comunidades específicas. Os doadores devem aprimorar a coordenação entre si e trabalhar com organizações de povos indígenas e comunidades locais para simplificar, harmonizar e adaptar esses formatos e requisitos às realidades locais.

Para melhorar a rastreabilidade, os doadores devem marcar e relatar suas alocações de financiamento para os povos indígenas e para as comunidades locais de acordo com as classificações, os termos e os padrões da estrutura comum descrita acima.

Além disso, eles devem colaborar e coordenar com as instituições estabelecidas para reunir e publicar dados sobre as alocações dos doadores para o financiamento do desenvolvimento (OCDE, IATI e CANDID) a fim de criar rastreamento e monitoramento sistemáticos em seus sistemas estatísticos, com base nas classificações, termos e padrões da estrutura comum.

Um elemento crucial é que a OCDE-DAC inclua um marcador de política sobre Povos Indígenas em seu sistema estatístico, o que vai requerer a coordenação e colaboração com o Grupo de Trabalho de Estatística da OCDE-DAC. Outro elemento é explorar ainda mais o potencial de análise das descrições narrativas dos projetos nos bancos de dados da OCDE, IATI e CANDID, usando algoritmo de classificação de texto/IA. Por fim, valeria a pena explorar a abordagem

IATI “follow the money” (siga o dinheiro), que poderia gerar informações importantes sobre as relações entre diferentes atores e atividades relacionadas. Em geral, para garantir a qualidade dos dados e evitar a sobrestimação do financiamento, é importante garantir a possibilidade de escrutínio público e verificação dos microdados sobre as alocações dos doadores.

Para fortalecer, de modo geral, a atenção da OCDE e da IATI às necessidades específicas de dados referentes aos povos indígenas e às comunidades locais, mais doadores devem ser incentivados a se engajar e comunicar informações. Seria importante, por exemplo, que mais financiadores filantrópicos apresentassem relatórios à OCDE ou à IATI. Da mesma forma, é importante aumentar o envolvimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais com essas instituições, por exemplo, solicitando a adesão à IATI e iniciando o diálogo e a colaboração com redes de políticas e fluxos de trabalho relevantes no DAC, incluindo a rede ambiental do DAC e a comunidade de prática do DAC sobre pobreza e desigualdades, e o fluxo de trabalho do DAC sobre desenvolvimento liderado localmente.

### **Parceiros e aliados**

As diferentes categorias de atores que desempenham um papel no apoio e na canalização de fundos para os povos indígenas e/ou comunidades locais precisam reforçar a coordenação e a colaboração entre seus pares, a fim de criarem coletivamente soluções para fechar as lacunas de dados em seus diferentes contextos, ao mesmo tempo em que se alinham com a estrutura comum descrita acima.

Dentro do sistema da ONU, o Grupo de Apoio Interagencial pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma abordagem comum para o rastreamento, incluindo um indicador específico sobre o financiamento aos Povos Indígenas na futura estrutura de indicadores para a implementação do Plano de Ação de Todo o Sistema para a implementação da UNDRIP.

Nas instituições com salvaguardas relativas aos povos indígenas, deve-se trabalhar mais para explorar o potencial de usar a ativação dessas salvaguardas como um ponto de entrada para avaliar também as alocações orçamentárias.

Dentro do grupo de ONGs internacionais que constituem os beneficiários de primeiro nível da maioria dos fundos de doadores alocados para

Povos Indígenas e comunidades locais, é crucial comunicar informações sobre os fundos recebidos, o apoio fornecido e os fundos transferidos para organizações, territórios e comunidades de Povos Indígenas e/ou comunidades locais. A IATI poderia ser a plataforma comum para esse reporte de informações, enquanto o Path to Scale e outras redes poderiam desempenhar um papel importante na promoção de uma abordagem comum. O compromisso de algumas das principais ONGs que atuam nesse campo poderia ajudar à adesão de outras.

### **Povos indígenas e comunidades locais**

Somente os povos indígenas e as comunidades locais podem avaliar e relatar o nível de financiamento que chega às suas respectivas organizações, territórios e comunidades. Isso ocorre não apenas porque os doadores e parceiros não têm uma visão geral dos fundos transferidos, mas também porque a geração desses dados é sensível e exige um alto grau de fiabilidade e legitimidade. Qualquer tentativa de compilar e publicar dados sobre o financiamento que chega ao local precisa levar em conta os riscos e as provisões para a segurança dos dados, específicos aos contextos dos países.

Portanto, as organizações, redes e plataformas de povos indígenas e comunidades locais precisam desempenhar um papel fundamental no ecossistema de dados descrito acima. Entretanto, a importância de sua participação e contribuição integrais vai muito além da geração de números orçamentários. Ela é essencial para garantir que os dados sejam relevantes, proporcionem transparência, responsabilidade e capacitação das comunidades e avaliem o impacto do financiamento.

Essa abordagem de coleta, análise, agregação e comunicação de dados pode se basear nas experiências, metodologias, mecanismos e plataformas já desenvolvidos pelos Povos Indígenas e/ou comunidades locais. Entre eles estão os vários mecanismos de financiamento, como AYNI, FTM, IPAS e Nusantara, o Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade, a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas no âmbito da UNFCCC, o Grupo Principal de Povos Indígenas sobre as SDGs, os órgãos consultivos estabelecidos para orientar várias iniciativas de financiamento, a plataforma Shandia e iniciativas como o Indigenous Navigator.

## Mais diálogo, colaboração e parcerias

Avançar em direção a um ecossistema de dados que aumente a transparência com referência a uma estrutura comum é um processo que vai requerer esforços de instituições individuais, mas também diálogo, colaboração e parcerias contínuas.

Para acompanhar os esforços coletivos para seguir o roteiro e ajustá-lo conforme necessário, é importante adotar uma abordagem gradual e identificar prioridades e ações concretas que possam ser realizadas em curto, médio e longo prazo. Para isso, precisamos identificar os mecanismos de coordenação que ajudarão a seguir em frente, bem como as plataformas que podemos usar para continuar o diálogo e a colaboração.

Para fins de coordenação, recomendamos a criação de um grupo de múltiplos atores, “Amigos do Roteiro de Paris”, que deve incluir a participação das várias categorias de organizações que têm um papel a desempenhar na implementação do roteiro (povos indígenas, comunidades locais, doadores, agências da ONU, ONGs, mecanismos de financiamento, instituições com mandato de monitoramento). O grupo coordenará os esforços, enquanto o diálogo contínuo ocorrerá no contexto de fóruns e espaços já estabelecidos. A Aliança Global de Comunidades Territoriais, na estrutura de Shandia, assumirá um papel de liderança na convocação dos “Amigos do Roteiro de Paris”.

Recomendamos organizar as discussões de acompanhamento mais imediatas no contexto dos seguintes eventos:

- A próxima sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (Nova York, abril de 2024).
- Próximas reuniões do Path to Scale.
- O Fórum Anual de Shandia, a ser organizado em 2024 (datas a serem confirmadas).
- A reunião de consulta global do Grupo Consultivo dos Povos Indígenas (IPAG) do Fundo Verde para o Clima (GCF) a ser realizada na Malásia em 2024 (datas a serem confirmadas).

## Recursos

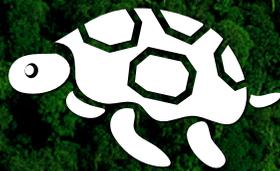
Os principais esforços para avançar o roteiro de Paris são parte integrante do mandato e das principais funções institucionais relacionadas ao monitoramento e à geração de relatórios das instituições envolvidas. Portanto, não devem exigir financiamento adicional. Além disso, o alinhamento do diálogo contínuo com eventos que já reúnem muitos dos atores relevantes reduzirá os custos do diálogo e da coordenação. No entanto, são necessários fundos adicionais para algumas fins específicos:

- Elaboração e consultas sobre a estrutura comum para melhorar o rastreamento, incluindo classificações, termos e padrões, bem como o respectivo material de orientação.
- Desenvolvimento de metodologias e abordagens, coleta de dados e construção de infraestrutura de dados pelas plataformas e mecanismos de financiamento estabelecidos pelos povos indígenas e comunidades locais.
- Explorando ainda mais o potencial de análise de descrições de projetos narrativos com IA.
- Convocação dos “Amigos do Roteiro de Paris” e fóruns de diálogo contínuo.

## Endnotes

- 1 OIT, 2019: Implementação da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais: Towards an inclusive, sustainable and just future, p. 13 Disponível [aqui](#)
- 2 Veja os dados do [Mundiaisde Recursos Instituto](#)
- 3 Veja, por exemplo, a [Declaração da IUCN e Compromisso de Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais, Relatório Anual 2021-2022](#), p. 4, disponível [aqui](#)
- 4 Veja: <https://www.regnskog.no/en/news/falling-short>
- 5 Veja: <https://www.ifad.org/en/ipaf>
- 6 Consulte: <https://landportal.org/node/112557>
- 7 Veja: <https://www.forestpeoples.org/en/press-release-indigenous-peoples-global-biodiversity-framework-fund>
- 8 Shandia, publicação em breve
- 9 Veja: <https://charapa.dk/directing-funds-to-rights/>
- 10 <https://fimi-iiwf.org/en/our-programs/the-ayni-indigenous-womens-fund-program/>
- 11 <https://www.alianzamesoamericana.org/es/fondo-territorial-mesoamericano/>
- 12 Veja mais em: [nusantarafund.org](https://nusantarafund.org)
- 13 <https://globalalliance.me/shandia/>
- 14 UNPFII, 2023, art. 93, disponível [aqui](#)
- 15 Veja: <https://candid.org>
- 16 Veja mais sobre o desenvolvimento do algoritmo [aqui](https://www.ohchr.org/en/stories/2021/03/artificial-intelligence-ensuring-human-rights-heart-sustainable-development-goals): <https://www.ohchr.org/en/stories/2021/03/artificial-intelligence-ensuring-human-rights-heart-sustainable-development-goals> e [aqui](https://sdgdata.humanrights.dk/en/methodology): <https://sdgdata.humanrights.dk/en/methodology>
- 17 Consulte <https://landportal.org/library/resources/indigenous-peoples-and-local-communities-forest-tenure-pledge-annual-report-2021>
- 18 Veja a lista indicativa compilada por David Kaimowitz [aqui](https://globalalliance.me/wp-content/uploads/2023/11/Relevant-Organizations-that-Fund-Indigenous-Peoples-and-Forest-Communities.pdf): <https://globalalliance.me/wp-content/uploads/2023/11/Relevant-Organizations-that-Fund-Indigenous-Peoples-and-Forest-Communities.pdf>
- 19 Veja: <https://www.pathtoscale.org>
- 20 Consulte FTFG, Relatório Anual 2021-2022, disponível [aqui](#)
- 21 Consulte: <https://indigenousnavigator.org>





<https://charapa.dk>



**Global  
Alliance**  
of Territorial  
Communities

<https://globalalliance.me>